



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ACTA NÚMERO CINCO

ACTA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA  
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E NOVE. -----

----- Aos dezassete dias do mês de Junho do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Salão D. Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 3.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 1 de Junho de dois mil e nove e com a seguinte, -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
  - 3.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 3 E 4/2009; -----
  - 3.2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E)] DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO); -----
  - 3.3. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA, NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO - RENOVAÇÃO DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009; -----
  - 3.4. 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2009 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA; -----

3. 5. REVISÃO DO MAPA DE PESSOAL A QUE ALUDE O ARTIGO 5.º DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO (LEI DOS VÍNCULOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES – LVCR).-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, SENHOR LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que devido à ausência do seu Presidente a Câmara Municipal far-se-ia representar pelo seu Vice-presidente o senhor António Domingos da Silva Tiago. Disse tivera conhecimento que no Átrio do Edifício dos Paços do Concelho se encontravam alguns cidadãos com deficiência motora que, por falta de acessibilidades ao Salão Dom Manuel I onde decorria a presente Sessão, não poderiam assistir à presente sessão e usar da palavra no ponto destinado à intervenção do público. Informou que se na próxima sessão o mesmo local não tivesse acessibilidades a cidadãos portadores de deficiência iria realizar a Sessão num outro local que tivesse as devidas condições. Em nome do cidadão João Couto Lopes, cidadão portador de deficiência motora e um dos que se encontravam no Átrio, leu o texto apresentado por este cidadão e que faz parte integrante da acta como **documento 1**. No fim da sua leitura abandonou a Mesa e dirigiu-se ao Átrio para falar com os referidos cidadãos. Informou que o senhor Deputado Marco José Duarte Martins, do Partido Socialista tinha pedido a sua substituição para a presente Sessão. Foi substituído pelo senhor Deputado Hugo Filipe Ramalho Campos, já anteriormente identificado. O documento comprovativo da sua ausência faz parte integrante da acta como **documento 2**. Verificadas as presenças constatou-se a ausência dos senhores Deputados Luís Miguel Machado Dias e Joana Martins dos Santos Ascensão e ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhores Presidente da Junta de Freguesia de Maia, Carlos dos Santos Teixeira, fez-se representar pelo seu Secretário o senhor Mário Augusto da Costa Ramos. De seguida

abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

**ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA** disse que iria abordar duas questões. A primeira era sobre as Medidas Preventivas do Aeroporto, e o seu prazo de vigência. Informou que o Conselho de Ministros tinha aprovado a 26 de Janeiro de 2006, um Decreto que estabeleceu as medidas preventivas de ocupação, uso e transformação de solos nas áreas de terrenos confinantes com o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, consideradas pelo Governo como potencialmente necessárias à operacionalidade e desenvolvimento da actividade aeroportuária. Estas medidas estariam em vigor durante dois anos, enquanto não se concluísse o processo de elaboração, aprovação e implementação de um instrumento de gestão territorial especificamente aplicável ao Aeroporto Francisco de Sá Carneiro. Então o Governo tinha afirmado que se pretendia com estas medidas viabilizar a concretização infraestrutural e de serviços de apoio potenciadores do acréscimo de competitividade do Aeroporto Francisco Sá Carneiro no noroeste peninsular, com o objectivo de melhorar a articulação internacional do Porto com as cidades europeias de relevante interesse económico, bem como o reordenamento e qualificação urbana da zona confinante ao aeroporto. Logo que foi tornado público o Diploma do Governo diversas personalidades e autarcas se manifestaram contra estas medidas pois eram potencialmente lesivas dos interesses dos cidadãos e iriam provocar um grave problema de condicionamento e desenvolvimento nas áreas afectadas, entre as quais as mais prejudicadas eram as freguesias de Vila Nova da Telha e da Vila de Moreira. Tinham-se realizado algumas reuniões para sensibilizar os responsáveis do grave prejuízo que as medidas iriam provocar. As cotas de edificação tornariam praticamente impossível qualquer tipo de construção, até de um simples muro. O senhor Presidente da Assembleia Municipal teve um papel activo nesta acção de sensibilização, o que agradeceu. Porém o prazo de vigência tinha terminado uma vez que como as medidas preventivas estariam em vigor durante dois anos, contados a partir de 26 de Janeiro de 2006 e não se sabia qual era o ponto da situação, uma

vez que a Lei já não existia pois tinha caducado. Apelou á ajuda de todos para desenvolveram acções para evitar os danos que as medidas iriam provocar no nosso concelho, pois todos os moradores do concelho iriam ser afectados. Reiterou o apelo a todos de forma especial ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o seu habitual empenho para a defesa da nossa terra e das nossas gentes. Para bem de todos, teríamos de lutar para o evitar. A segunda questão relacionava-se com a falta de segurança na Vila de Moreira e de Vila Nova da Telha. Estas freguesias continuavam desprotegidas e os assaltos, roubos e a criminalidade aumentavam cada vez mais, apesar do papel muito importante da GNR para a reduzir. A Câmara Municipal tem dado provas de tentar solucionar esta questão. A Assembleia Municipal na sua Sessão realizada em Fevereiro de 2008 tinha aprovado por unanimidade uma proposta para a instalação de uma Força de Segurança na Vila de Moreira. Apesar de ter sido enviada a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República, 1.º Ministro, Ministro da Tutela, Presidente da República, entre outros, o resultado foi nulo. As Lei e as promessas não eram cumpridas. Lembrou que a Portaria n.º 153/83, de 17 de Fevereiro, que tinha procedido a uma reorganização das Forças de Segurança, tinha ordenado a criação de uma Esquadra da PSP na Vila de Moreira para servir esta freguesia e a vizinha de Vila Nova da Telha. Para apoiar e acelerar a decisão do Governo a Câmara Municipal da Maia tinha adquirido à Cooperativa Popular de Moreira da Maia o seu edifício-sede, uma construção de uma beleza arquitectónica rara. Apelou a todos para que o prometido em 1983 fosse cumprido, para que o roubo e o vandalismo, uma lamentável realidade que diariamente afecta as duas freguesias, deixassem de ser motivo de preocupação constante de todos. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** disse que a questão de insegurança colocada pelo senhor Deputado Albino Maia era merecedora de uma análise mais aprofundada. Sugeriu que este assunto fosse agendado para uma reunião do Grupo de Trabalhos das Actividades da Assembleia Municipal, pois a pertinência e gravidade da situação eram disso merecedores. De seguida leu dois textos: o primeiro sobre a situação habitacional dos moradores do Bairro do

Sobreiro e a segunda sobre problemas laborais nos SMAS, que fazem parte integrante da acta como **documentos 3 e 4**, respectivamente. No fim da leitura referiu que há alguns dias numa visita que tinha realizado à freguesia de Pedrouços tinha verificado que ainda havia senhoras idosas que lavavam roupa, sobretudo tapetes, para os seus fregueses para minimizar as suas enormes dificuldades financeiras. Os lavadouros estavam poluídos e degradados. Pediu à Câmara, ou à Junta de Freguesia, para que fosse realizada uma limpeza ao local para que a higiene, salubridade e condições de trabalho fossem melhoradas num espaço que ainda era útil para alguns cidadãos. -----

**ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA** disse que os resultados eleitorais obtidos pela CDU no último acto eleitoral para o Parlamento Europeu tinha revelado tinham representado um importante progresso eleitoral, uma vez que se tinha verificado um aumento de 23% da sua massa eleitoral e de 30% no concelho da Maia. Este resultado era a confirmação de que a CDU era uma força política que estava a crescer e se apresentava como uma alternativa e credível, cujas propostas eram da maior importância para a resolução dos problemas que assolavam o nosso país. A votação da CDU tinha sido a maior nos últimos 20 anos. O descontentamento geral era inequívoco perante as políticas do actual Governo Socialista e o resultado demonstrava uma clara vontade de mudança políticas e de um Governo que de uma forma arrogante afirmara que não iria mudar de rumo. Por tudo isto a CDU era, sem dúvida, uma alternativa pois tinha propostas concretas e coerentes com o desejo de mudança dos portugueses. A CDU continuava a manifestar a sua preocupação com a degradação das condições de vida e com o aumento galopante do desemprego. Por esta razão a CDU tinha reunido recentemente com o senhor Director do Centro de Emprego da Maia e verificara que o concelho da Maia não era excepção à grave situação do desemprego que assolava o nosso país. A maioria dos desempregados, por terem baixas qualificações, terão muita dificuldade em serem reintegrados no mercado do trabalho. Mesmos os novos licenciados, exceptuando nalguns cursos, terão a mesma sorte e por não estarem inscritos nos

Handwritten initials "JH" and a signature-like mark.

Centros de Emprego é a razão de o número de desempregados ser superior aos dos inscritos nos Centro de Emprego, pois sabem que a sua inscrição não representa um emprego. No Centro de Emprego da Maia a variação da taxa de emprego no primeiro trimestre de 2009, em relação ao período homólogo de 2008, teve um aumento de 21%. Na reunião realizada com o Director do Centro de Emprego da Maia constatara-se que à freguesia de Pedrouços deveria ter sido atribuído um GIP e que a sua não atribuição tinha sido uma grande injustiça, não deixando de colocar em causa a atribuição de GIP's a outros localidades. A CDU também tinha reunido com os Recursos Humanos da Empresa Finex. Tiveram a confirmação de que a empresa se encontrava numa situação de lay off, todas as sextas-feiras. Esta situação fora comunicada à Segurança Social há cerca de dois meses. Todas as trabalhadoras desta empresa são profissionais altamente qualificadas, razão pela qual esta unidade de produção não tenha sido deslocizada, face à produção de alta qualidade, apesar de auferirem o salário mínimo. A empresa comunicou à Segurança Social a situação de lay off sem ter tido o cuidado de verificar a situação salarial das colaboradoras que foi resolvida graças à boa vontade da casamãe que pagou o valor, pois não tinha tal obrigação. Esta atitude da Segurança Social era reveladora da insensibilidade, desprezo e falta de sensibilidade na defesa dos direitos e preocupação pela situação económica das trabalhadoras. A CDU também tivera conhecimento de que as mesmas colaboradoras se encontram numa situação de férias forçadas, a especialização e elevada qualidade do trabalho realizado não era razão suficiente para impedir o seu encerramento que se avizinhava. Aliado ao aumento do desemprego cresce a insegurança, a criminalidade, os roubos, os assaltos e os furtos. Estes problemas, infelizmente, também são sentidos pela população maiata. Este problema deveria merecer a atenção de todos e a Criação do Conselho Municipal de Segurança revestia toda a importância. Não obstante para evitar os problemas deveriam ser tratadas as causas que a eles conduzem. Sobre o Centro Comercial das Guardadeiras e a sua anunciada abertura para Setembro próximo, questionou o Executivo de ainda não se haver o resultado do estudo de impacto ambiental.

pois era pertinente perguntar como seria possível autorizar uma construção de obras sem esse estudo. Caso o seu resultado fosse negativo, havia o risco da nulidade da construção. Neste quadro de avaliação, mostrou a sua admiração pelo facto de já esta prevista a sua abertura ao público. Outro caso estranho era o chumbo, por parte do Tribunal de Contas, das obras em seis Escolas Primárias no concelho da Maia. Segundo o Tribunal de Contas as irregularidades detectadas violavam o princípio da persecução do interesse público e o princípio da imparcialidade. Apesar das irregularidades praticadas, parecia que esta situação era desvalorizada pela Câmara da Maia, apesar de já ter sido, por diversas vezes alertada para esta situação de irregularidade, mantendo um silêncio e não alterando os procedimentos. Lamentou aqueles que persistiam em desrespeitar a lei e o poder judicial, que só falava quando lhes convinha. No Jornal de Notícias tinha sido publicado um anúncio que referia a atribuição de Cabazes de apoio à população maia. A CDU tinha ficado sem perceber se qual era o objectivo. Se aqueles que o recebiam obtinham a confirmação de que o recebiam e que era atribuído pela Câmara, ou se se destinava aos que não o recebiam e não necessitavam dele como forma de acalmar a sua consciência, pois ficavam a saber que quem dele necessitava o recebia. Sobre esta dúvida perguntou: "Afinal quem precisa de saber?" Disse que era muito mau fazer este tipo de publicidade com dinheiros públicos. O anúncio deveria ter custado cerca de 7.800 euros o que agravava, ainda mais, esta situação, pois com esse valor seria possível conseguir mais cabazes. Sobre a situação, já referida, dos moradores Bairro do Sobreiro que vivem em casas muito degradadas e necessitam de obras urgentes. Perguntou se a autarquia iria realizar as obras de beneficiação, tal como previsto, para quando e se a requalificação abrangia a totalidade ou parte da urbanização. -----

**ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA** falou sobre a recolha do lixo na Rua do Calvário em Águas Santas, uma pequena via que a recolha de lixo é dificultada pelo facto dos moradores da Rua da Quinta da Comenda estacionavam indevidamente as suas viaturas junto à Estátua do Pedreiro o que dificultava o acesso da viatura de recolha do lixo à referida rua. Apesar de

ser um assunto de polícia, apelou à resolução deste assunto. Outra preocupação passava-se na parte nascente da Rua Central da Corga até à Rua dos Moutidos, uma via pavimentada em cubos. Há alguns meses a rua foi objecto de colocação de rede água potável, de águas pluviais e de saneamento e o empreiteiro que executou a obra destinada a um Loteamento na Rua dos Moutidos deixou o piso em muito mau estado, de tal forma que com os dias de chuva os salpicos das viaturas que aí circulavam sujavam e molhavam os transeuntes e as próprias casas. Há cerca de três meses os moradores tinham apresentado um abaixo-assinado à Câmara Municipal e até ao momento sem qualquer resposta. Apelou à resolução destes dois casos. —

**JOÃO FERREIRA DA SILVA TORRES** em resposta à intervenção da senhora Deputada Alcinda Márcia sobre o desemprego e insegurança no concelho da Maia, uma questão que também preocupava o PS. Para o Partido Socialista não tinha sido um drama o facto de não ter vencido as Eleições para o Parlamento Europeu. O momento próprio para julgar o Governo não era nas Eleições Europeias, mas, sim nas Eleições Legislativas. O PS rejeitava qualquer leitura política que tirasse ilações dos últimos resultados eleitorais. Sobre a questão do Bairro do Sobreiro, referida pelo senhor Deputado Silvestre Pereira, era um assunto que preocupava, e muito, o Partido Socialista, que acompanhava e visitava o Bairro e verificava o seu estado de conservação e estavam desolados com a falta de qualidade de vida dos seus moradores. Perguntou o que pretendia a Câmara Municipal fazer, antes das eleições autárquicas, para resolver esta situação degradante. Sabia que os custos de reabilitação eram elevados e por isso apenas iriam realizar operações de cosmética. A habitação social era resolvida com políticas acertadas sobre o aspecto técnico-financeiro, por isso acusou o Executivo de não ter uma política eficaz no âmbito da habitação social. Manifestou a sua preocupação sobre o Maiact 2009. O Partido Socialista defendia a realização destes festivais, mas dentro dos limites do razoável. O Maiact 2009 iria ultrapassar o orçamento previsto de 180 mil euros. Por esta razão o PS iria acompanhar com muita atenção o festival e os seus gastos. A Coligação que desmoronara, não deveria aproveitar o Maiact, bem como a colocação de outdoors e

anúncios nos jornais, como propaganda ou campanha eleitoral. Estas atitudes ficavam muito mal numa Coligação que se tinha desmoronado e que iria ruir completamente nas próximas eleições autárquicas. -----

**HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO** disse que no mês de Abril do último ano tinha sido entregue na Câmara Municipal um abaixo-assinado que solicitava a colocação de uma postura de táxis no centro da freguesia de Guelfães. Dado que até ao presente não houve conhecimento de qualquer despacho sobre este assunto, solicitou e apelou ao senhor Vice-presidente da Câmara para a resolução deste assunto. -----

**VÍTOR MIGUEL DA SILVA** manifestou a sua solidariedade com os cidadãos portadores de deficiência que por falta de acessibilidades ao Salão Dom Manuel I não tiveram possibilidade de assistir ou participar à presente Sessão da Assembleia Municipal. Na última Sessão da Assembleia Municipal o senhor Vice-presidente da Câmara informara que o Plano de Acessibilidades era constituído por três fases. A primeira destinada ao levantamento das necessidades; a segunda o estudo de soluções e a terceira fase destinada à aplicação das soluções. Volvidos que foram dois meses sobre o início de execução do Plano de Acessibilidades, perguntou qual era o ponto da situação relativamente ao levantamento de necessidades, pois já deveria estar concluído. O PS desde o início do actual mandato verificava que havia munícipes que não podiam assistir às Sessões da Assembleia Municipal por impossibilidade de acesso ao local onde as mesmas se realizavam. Lamentou que tivessem sido enviadas missivas à Assembleia e Câmara Municipal a alertar para esta situação e, ao fim de quase quatro anos, nada tivesse sido realizado. Bastava a existência de uma simples cadeira de rodas ou uma rampa de acesso ao Salão Nobre. Por saber que o senhor Presidente da Assembleia Municipal era sensível a estas situações e porque esperava que todos os senhores Deputados estivessem de acordo, propôs, em nome da Bancada do Partido Socialista, que as Sessões da Assembleia Municipal, previstas até ao final do mandato, se realizassem num local de fácil acesso aos cidadãos portadores de deficiência. -----

**RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO** apresentou um Voto de Louvor aos atletas, técnicos e dirigentes desportivos que na actual época desportiva tiveram resultados dignos de registo, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 5**. -----

**FLORIANO DE PINHO GONÇALVES** pediu a compreensão de todos para três assuntos que iria abordar, mas como eram assuntos que diziam respeito à sua freguesia de Vila Nova da Telha, era sua obrigação defender os interesses dos cidadãos da sua freguesia. O primeiro era sobre as medidas preventivas do aeroporto. Reiterou as palavras proferidas pelo senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Moreira, Albino Maia. Logo no início participara numa reunião com a ANA, na qual, entre outros, estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Moreira. Essa reunião não fora conclusiva e convincente, uma vez que não agradava aos proprietários, sobretudo dos terrenos localizados na área envolvente do aeroporto. O prazo de vigência da Lei terminou e existia actualmente um vazio. Lembrou que quando foi discutido o PDM tinha questionado sobre o impacto que o mesmo iria ter e as pessoas não sabiam se poderiam, ou não, construir e não encontravam resposta às suas dúvidas, pois não sabiam a quem questionar. Gostaria de ter uma resposta concreta do Governo sobre esta situação. Estava solidário com o senhor Deputado Albino Maia e sobre as dificuldades que todos encontravam para edificar. Citou como exemplo que a ANA demorava um ano a responder a um simples pedido de construção de um muro de um metro de altura. Esta era a imagem do país real. O segundo ponto era sobre a insegurança. Um tema que preocupava a todos. Era de uma premente necessidade a instalação da prometida força de segurança na Vila de Moreira. Apesar do patrulhamento da GNR os roubos, furtos e assaltos a pessoas casas e às farmácias, continuavam a verificar-se quase todos os dias. Enviou diversa correspondência para responsáveis governamentais sem êxito. Apelou a todos para que a instalação de um posto de segurança se tornasse uma realidade. O senhor Primeiro-ministro enviava-lhe pelo Natal um cartão de Boas-Festas, esperava que os nossos governantes pelo menos dessem uma

→ Hh

resposta às cartas que lhes são dirigidas. O terceiro ponto foi sobre as acessibilidades a cidadãos portadores de deficiência que eram, sem dúvida, os que estavam mais atentos a determinados pormenores nas acessibilidades, que o cidadão comum não era capaz de detectar. Na sua freguesia havia um cidadão que era um lutador na defesa dos interesses dos cidadãos portadores de deficiência motora. A sua acção, apesar de inicialmente ser considerada excessiva na defesa dos interesses, deveria ser compreendida, pois lutava por uma causa justa. Referiu que tinha sido entrevistado por um canal de TV devido ao facto de falta de acessibilidades aos locais de voto em Vila Nova da Telha a cidadãos que iriam votar nas Eleições para o Parlamento Europeu. Referiu que como autarca fazia o seu melhor pela sua terra. Apelou ao senhor Vice-presidente da Câmara para que, com urgência, fosse instalado um acesso a cidadãos portadores de deficiência, pois todos deveriam ser iguais nas oportunidades e nos acessos. A finalizar disse que gostara de poder ouvir na Assembleia Municipal serem tratados assuntos do interesse da Maia e dos Maiatos. -----

**ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO**, prescindiú. -----

**ARMINDO DA SILVA MOUTINHO** lamentou que cidadãos tivessem sido impedidos de assistir ou de participar nesta Sessão por falta de acesso. O problema da mobilidade deveria ser resolvido, pois é uma obrigação de quem tinha responsabilidades. Estava consciente de que a resolução deste problema era por vezes muito difícil sobretudo em edifícios antigos e com uma arquitectura quase impeditiva de solução. Porém. Apesar de muitos edifícios terem muitas barreiras arquitectónicas estas deveriam ser eliminadas. O projecto do Edifício-sede da Junta de Freguesia de Barca era anterior ao Decreto-lei 123/97 de 22 de Maio, que determinava a eliminação das barreiras arquitectónicas pois era imperativo a progressiva eliminação das barreiras, designadamente urbanísticas e arquitectónicas, que permitisse às pessoas com mobilidade reduzida o acesso a todos os sistemas e serviços da comunidade, criando condições para o exercício efectivo de uma cidadania plena, decorre de diversos preceitos da Constituição, quando proclamava, designadamente, o princípio da igualdade, o

direito à qualidade de vida, à educação, à cultura e ciência e à fruição e criação cultural e, em especial, quando consagra os direitos dos cidadãos com deficiência. Atenta a esta realidade, a Junta de Freguesia de Barca tinha-se comprometido a inaugurar o seu Centro de Dia, sem que primeiro estivessem reunidas todas as condições de acesso a cidadãos portadores, ou não de deficiência. Este compromisso tinha atrasado a inauguração de um equipamento muito importante e necessário para a freguesia de Barca. Informou que esperava que a sua inauguração se realizasse durante o próximo mês de Julho. Disse ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que era com muito prazer que gostaria de realizar a próxima Sessão descentralizada da Assembleia Municipal nas instalações do Centro de Dia de Barca, pois as barreiras arquitectónicas tinham sido eliminadas e havia as boas acessibilidades a cidadãos portadores de deficiência motora. O convite estava formulado. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** pediu desculpa aos maiatos que não tiveram possibilidade de aceder ao Salão Nobre e todos os presentes deveriam comungar do mesmo sentimento. Reiterou o pedido de desculpas aos cidadãos que não tinham conseguido entrar. Este caso iria servir de arma de arremesso político contra a actividade em curso para a resolução dos problemas de acessibilidades: levantamento das situações, sua solução e aplicação. Todos deveriam estar unidos para resolver esta anomalia. Manifestou esperança de que este assunto tivesse uma rápida solução. Sobre o resultado na Maia das eleições para o Parlamento Europeu louvou os maiatos pela forma como tinham participado no acto eleitoral tendo dado os parabéns a todas as forças políticas vencedoras ou que tinham obtido melhores resultados. Como autarca lamentou o elevado índice de abstenção, mas era um sinal a alguns políticos que revelavam incapacidade de mobilização para um acto eleitoral tanto importante como eram as eleições para o Parlamento Europeu. Lançou um repto ao senhor Deputado Silvestre Pereira. A coligação "Primeiro as Pessoas" estava solidária com a servidão do aeroporto Sá Carneiro, pois era má para a Maia. A Coligação "Primeiro as Pessoas" estava disponível para, através da criação de um Grupo de Trabalho ou Comissão de

Acompanhamento, conseguir uma solução que seja boa para a Maia e para os maiatos. Porém, antes da sua criação a Câmara Municipal da Maia deveria dar o ponto da situação do problema. A sustentabilidade da ANA não poderia ser feita em prejuízo dos superiores interesses do povo maiato, mesmo que se tenha de realizar acções rua – cortar ruas, apesar de serem cordatos e sensatos. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** informou que se tinha ausentado temporariamente da Mesa para falar com os senhores cidadãos que não tiveram acesso ao Salão Nobre aos quais manifestara a sua solidariedade e lamento por não poderem aceder ao Salão Nobre e a vontade de depressa resolver esta lacuna. Esperava que a acessibilidade se resolvesse rapidamente e que não admitia e lamentava que alguém se aproveitasse politicamente desta situação. Informou que por vezes encontrar soluções para eliminar barreiras arquitectónicas e permitir o acesso a cidadãos com deficiência era por vezes difícil. Prometeu que não iria realizar qualquer sessão da Assembleia Municipal no Salão Dom Manuel I sem garantia de acessibilidade para todos. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO** informou que a Câmara Municipal da Maia tinha realizado no passado dia 14 de Abril, uma Sessão Pública de Lançamento do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, a qual teve como principal objectivo informar a sociedade civil e aos diferentes agentes locais sobre plano em elaboração, dando conhecimento sobre as diferentes temáticas que seriam estudadas, as diferentes fases do projecto e os respectivos prazos de conclusão. As fases do projecto já eram do conhecimento de todos e a primeira estava numa fase de conclusão com a entrega prevista no próximo dia 19 de Junho, sexta-feira do relatório do levantamento das situações a resolver. Noventa dias após esta data teriam de ser apresentadas as soluções, que teriam de ser aplicadas no prazo de trinta dias. Sobre o acesso ao Salão Nobre disse que partilhava das

preocupações anteriormente manifestadas pelos senhores Deputados, apesar da situação ser constrangedora, uma vez que todos deveriam ter acesso ao local, não poderia deixar de manifestar a sua solidariedade para com os cidadãos que pela sua limitação de locomoção se viram impossibilitados de aceder ao Salão Nobre. Prometeu que no dia seguinte iria reunir com os técnicos da autarquia para se estudar uma solução arquitectónica de aplicação imediata para este problema. A Câmara tinha realizado várias intervenções preventivas nesta área. Prometeu uma solução célere para este caso específico. Sobre a insegurança de pessoas e bens na Vila de Moreira e de Vila Nova da Telha disse que a Câmara continuava a insistir junto do Ministério da Tutela para que a instalação de uma força de segurança no local previsto se realizasse. Informou que a inauguração do Posto da GNR na Vila do Castelo estava prevista para o próximo mês de Julho, a qual seria presidida pelo senhor Ministro da Administração Interna. A Câmara iria aproveitar esta oportunidade para sensibilizar o senhor Ministro da necessidade de instalação de um posto de segurança, num edifício que a Câmara havia adquirido há cerca de duas décadas para nele ser instalado um posto da GNR ou da PSP. Sobre a servidão do Aeroporto Sá Carneiro, confirmou a reunião já referida bem como outras que a Câmara ao longo dos tempos vem realizando com altos responsáveis da ANA e da NAV. As medidas preventivas do aeroporto são analisadas por três organismos: Instituto Nacional de Aviação Civil –INAC; Aeroportos de Portugal – ANA e a Navegação Aérea de Portugal – NAV. A Câmara Municipal da Maia tinha recebido um parecer único da ANA, que era muito negativo para o nosso concelho pois a servidão aeroportuária ia até ao Requeixo, na freguesia de Vermoim. A partir deste local não havia constrangimentos. Numa análise sumária verificavam-se diversos absurdos e excessos. Citou como exemplo a proibição de construção

de prédios de rés-do-chão e andar onde ao lado existiam iguais construções há mais de um século. Outro caso absurdo era o local onde se encontra os Paços do Concelho; o chão da Praça do Doutor José Vieira de Carvalho estava nove metros acima dos limites definidos. Esclareceu que o prazo das medidas preventivas tinham terminado mas o decreto continuava em vigor. Informou que estava a ser feita uma alteração a este decreto e a Câmara estava a pressionar os organismos responsáveis de forma a permitir a continuação do desenvolvimento do nosso concelho. O Governo terá de assumir as suas responsabilidades pelos seus actos com indemnizações aos lesados com medidas preventivas. Este problema não era exclusivo do concelho da Maia, também os concelhos de Vila do Conde e de Matosinhos era igualmente lesados no seu desenvolvimento. Comprometeu-se a informar a Assembleia Municipal da evolução desta situação. Sobre o Bairro do Sobreiro disse que o que tinha ouvido parecia fazer parte do enredo de "um filme de terror". Efectivamente havia problemas de conservação nalguns blocos. Um estudo realizado pela Faculdade de Engenharia do Porto concluía pela sua renovação e era o que se iria fazer. Lembrou que não poderia ser esquecida a crise que o mundo atravessava, à qual Portugal e a Maia não eram alheios e os investimentos têm custos elevados que não se resolviam com golpes de magia. Iria ser efectuada uma conservação mínima, mas muito bem estruturada. Esta era a postura que a Câmara realizava com os seus edifícios, sem objectivos políticos. Discordou do senhor Deputado João Torres sobre a eficácia da resolução do problema do bairro do Sobreiro. Nos outros empreendimentos que não se verificavam os problemas, salvo casos pontuais como os que aconteciam nas nossas casas. Os empreendimentos que na Maia foram construídos ao abrigo do PER foram feitos com qualidade e de forma criteriosa, o que lamentavelmente não aconteceu no Bairro do

Sobreiro. Disse que iria tentar saber o que se passava com a progressão nas carreiras dos colaboradores dos SMAS, solicitado pelo senhor Deputado Silvestre Pereira, não obstante disse que Lei obrigava a um limite de dotação com o pessoal, ao qual os SMAS eram obrigados a cumprir o rácio imposto nas despesas com o pessoal. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** informou que tinham dado entrada na Mesa dois documentos: uma **Moção** apresentada pelos senhores Deputados da CDU e que faz parte integrante da Acta como **documento 6** e um Voto de Louvor apresentado pelo senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, da Coligação Primeiro as Pessoas, já anteriormente apresentado, lido pelo seu subscritor e identificado como documento 5. **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à votação a admissão da Moção da CDU. -----

----- A Moção foi admitida por unanimidade. -----

----- Para a sua discussão inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

**ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA** apesar da Moção ter sido distribuída aos senhores Líderes dos diversos grupos parlamentares, havia pessoas que não tinham conhecimento do seu conteúdo pelo fez a sua leitura na íntegra. Após a sua leitura teceu os seguintes comentários: a linha da CP de Ermesinde a Leixões esteve paralisada durante vários anos. Há alguns anos a REFER tinha feita a instalação eléctrica de ligação a Contumil e a Ermesinde. Esta infra-estrutura existia só que nela não circulavam comboios, numa área densamente povoada e com deficiência de transportes. Há cerca de quatro anos as populações de águas Santas e de Pedrouços tiveram conhecimento de que iria ser reactivada a circulação de comboios, mas pelos vistos nada acontecera. O Governo e a Secretaria de Estado dos

Transportes deveriam dar cumprimento ao anunciado publicamente e viabilizarem a circulação de comboios de passageiros. As Câmaras Municipais da Maia e do Porto não se deveriam alhear de um assunto que era de grande interesse para as suas populações, pelo que deveriam estar envolvidas neste processo para que o reinício da circulação de comboios de passageiros se concretizasse. Se fossem introduzidas as melhorias propostas na Moção, designadamente a construção de apeadeiros no Lidador, zona de Meilão, a reconstrução da estação de Sangemil, apeadeiro de Cutamas e a instalação de uma nova estação no lugar das Arroteias. Esta estação seria de nuclear importância para a viabilidade económica, pois iria fazer a interligação da rede do Metro e da STCP, criando boas acessibilidades ao Hospital de São João, Pólo Universitário e IPO. Além disso as populações a Norte de Ermesinde, que utilizassem os transportes públicos, sobretudo os comboios da Linha do Minho e da Linha do Douro, poderiam fazer transbordo em Ermesinde e irer directamente para a zona do Hospital de São João. Estes potenciais passageiros mais os residentes nos locais servidos pela linha do comboio iriam permitir um grande fluxo de passageiros na referida linha. Apelou à votação unânime de todos os senhores Deputados. -----

**ANTÓNIO MANUEL SANTOS TEIXEIRA** manifestou a sua congratulação com a Moção apresentada pois a reactivação da linha do comboio de passageiros era uma aspiração antiga manifestada pela Junta de Freguesia e pela população de Águas Santas. A Junta de Freguesia há cerca de quatro anos tinha enviado um pedido ao senhor Primeiro-ministro e à Secretaria de Estado dos Transportes para que a linha fosse reactivada. Apesar de tardia seria o cumprimento de uma promessa do PS. O PS cumpria a sua palavra e era com satisfação que

verificava que a CDU reconhecia que o PS fazia algo em prol da população. Informou que o PS subscrevia a Moção apresentada e iria votar a favor. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** informou que a sua Bancada iria votar a Moção apresentada pela CDU a quem saudou pela sua oportunidade. A reactivação da circulação de comboios de passageiros na linha em análise era, sem dúvida, muito importante para a Maia e uma boa medida do actual Governo. Um inesperado anúncio público do Governo. O Governo deveria ouvir as sugestões da CDU, da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e da Junta Metropolitana. Esperava igualmente que a esperada Autoridade Metropolitana de Transportes fosse uma realidade. Por considerar oportunas e acertadas as sugestões apresentadas pela CDU, reiterou a votação favorável, não deixando de avisar da necessidade desta sugestão ser aprofundada, complementada e alicerçada pela Câmara Municipal. Para quebrar a unanimidade em torno desta questão e em resposta às palavras do senhor Deputado António Manuel Teixeira do PS, que afirmara que o PS prometia e cumpria, afirmou que o "PS só cumpre o que não promete". -----

----- Posta à votação, a Moção o **foi aprovada por unanimidade.** -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à votação a admissão do Louvor apresentado pelo senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, da Coligação Primeiro as Pessoas, já anteriormente apresentado, lido pelo seu subscritor e identificado como documento 5. -----

----- O Voto de Louvor foi **admitido por unanimidade.** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para a sua discussão -----



----- Posta à votação, **foi aprovada por maioria** com a abstenção do senhor Deputado Vitor Silva. -----

----- Para fazer uma Declaração de Voto inscreveu-se e usou da palavra o senhor Deputado: --

**VÍTOR MIGUEL DA SILVA** disse que a razão da sua abstenção do Voto de Louvor não era aos que tinham conseguido os sucessos desportivos referidos. Esses sim seriam credores de todo o louvor. Porém, era incapaz de votar a favor um documento que em cerca de metade do texto era composto por palavras de bajulação da actividade da Câmara Municipal e fazer pura propaganda para poder enviar às colectividades, aos atletas e seus familiares. Por esta razão não poderia votar a favor um documento que se deveria limitar a ser apenas um Voto de Louvor e não ser um instrumento de propaganda política. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**

----- Nenhum senhor Muniçipe se inscreveu para usar da palavra. -----

**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**3.1. Apreciação e votação das actas N.ºs 3 e 4/2009;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Postas à votação tiveram a seguinte votação: -----

----- Acta número 3/2009 **foi aprovada por maioria** com duas abstenções dos senhores Deputados Alberto Monteiro e Hugo Campos, por ausência na referida sessão. -----

----- Acta número 4/2009 **foi aprovada por maioria** com três abstenções dos senhores Deputado: Luis Rothes, Vitor Silva e Hugo Campos. -----

----- Para fazer uma Declaração de Voto inscreveu-se e usou da palavra o senhor Deputado: --

**VÍTOR MIGUEL DA SILVA** disse que a acta não lhe merecia um voto contra, mas a razão da sua abstenção era devida ao facto de a acta carecer de rigor num aspecto que lhe dizia respeito. Na sessão tinha apresentado um protesto contra a forma como o senhor Vice-presidente da Câmara se tinha dirigido á sua pessoa com palavras menos simpáticas e essas palavras não constavam da acta. Não sabia a razão da omissão. Por esta razão se tinha absterido.

**3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E)) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO];** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou que a Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade Municipal, tinha sido enviada a todos os senhores Deputados e fazia parte integrante da acta como **documento 7**. -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

**3. 3. PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE AUDITORIA EXTERNA, NOS TERMOS PREVISTOS NO ARTIGO 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO – RENOVAÇÃO DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade**. -----

**3. 4. 1.º REVISÃO AO ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA O ANO DE 2009 DOS SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA;** -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade**. -----

3. 5. REVISÃO DO MAPA DE PESSOAL A QUE ALUDE O ARTIGO 5.º DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO (LEI DOS VÍNCULOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES – LVCR). -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

**MÁRIO MOREIRA DUARTE** disse que não previa usar da palavra para discutir este ponto, mas por imperativo de consciência, à qual era sempre fiel, entendeu que o deveria fazer. O ponto em análise referia-se à revisão do mapa de Pessoal a que aludia o Artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Lei dos Vínculos, carreiras e Remunerações. Porque havia uma conexão entre o ponto em discussão e a Lei 12-A/2008, pediu ao plenário e este anuiu ao seu pedido, de que deveria de tecer algumas considerações sobre esta Lei. Disse ser estranho que todo o processo da elaboração da Lei tenha sido da autoria de um Governo Socialista, que na Assembleia da República teve os votos contra da bancada do PSD, pois seria de considerar um absurdo, uma vez que a Lei teria um enquadramento político da direita ou do centro direita e não de um partido de Esquerda, ao qual o PS dizia pertencer. Esta Lei importava a lógica do mercado do sector privado para o sector público. Neste ponto residia o primeiro erro da Lei. O Serviço Público e as Instituições públicas não podiam, nem sequer deviam seguir a lógica do mercado. Por várias razões; a primeira das quais porque a lógica do mercado era uma lógica não modelar, pois estava cheia de fragilidades e se não fosse a intervenção do Estado no próprio mercado as desigualdades seriam, ainda, muito maiores. Se a defesa da lei se baseava na meritocracia individual deveria ser um critério de avaliação dos trabalhadores, feito apenas e só por um chefe de serviço, era uma situação que jamais deveria ser aceite por qualquer funcionário público. Não era correcto deixar nas mãos de um chefe a avaliação de um

trabalhador. Por outro lado a Lei fazia recair toda a responsabilidade da qualidade do serviço sobre o trabalhador e não era tomada em conta a necessidade de serem criadas boas condições de trabalho. Esta Lei favorecia o clientelismo e o comportamento de subserviência ao Chefe. Um dos motivos que levavam a que muitos trabalhadores eram levados a optar pelo ingresso na Função Pública era devido ao facto de poderem ter carreiras que não estavam dependentes de clientelismos mas que eram feitas à luz de critérios objectivos e de concursos rigorosas de acesso aos lugares. Em nome de um pretenso mérito individual era criada a possibilidade da total arbitrariedade na avaliação dos trabalhadores. Por outro lado, em nome da agilidade da gestão eram criadas condições que facilitavam o despedimento e era esta a maior preocupação. De um só golpe era destruído o estatuto do funcionário público, não de todos, pois as elites do poder continuavam a não ser abrangidas pela Lei. Ao falar das elites não se referia aos Magistrados Judiciais, ou do Ministério Público, porque não eram funcionários públicos. Referia-se aos regimes especiais das Forças Armadas e das Forças de Segurança. A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, violava princípios constitucionais fundamentais: o princípio da igualdade dos cidadãos perante a própria Lei, se estivessem em situação idêntica, se tinham um estatuto de Funcionário Público, a lei deveria ser aplicada a todos; defraudava as expectativas de centenas de milhares de cidadãos que quando eram jovens tinham optado por ingressar no funcionalismo público, exactamente pela estabilidade, com o objectivo de servir o país em qualquer local do território, algumas das quais com difíceis acessos, sem qualquer apoio ou ajudas de custo por se encontrarem em locais recônditos e nalguns casos sem qualidade de vida, mas ganhando o mesmo que profissionais de igual categoria nos melhores centros urbanos; era violadora do princípio da boa fé nos contratos de prestação de

serviços, pois ao fim de alguns anos o outro outorgante, de forma unilateral, resolvia anular e alterar em prejuízo da outra parte, sem que esta sequer tivesse sido ouvida; a Lei introduzia o princípio da arbitrariedade na actividade legislativa que colocava em causa o princípio da segurança jurídica como princípio fundamental de um estado de direito. Todos falavam de princípios fundamentais e de estado de direito, tão defendida na Assembleia Municipal pela Bancada Socialista, a quem perguntou se a da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro violava, ou não, os princípios básicos de um estado de direito. O PSD tinha votado contra, mas depois disso não tinha tomado qualquer atitude contra este novo regime de vínculos, carreiras e remunerações dos agora designados “trabalhadores em funções públicas”. Apelou ao PSD para repensar sobre este assunto e voltar à liça esta questão. Só poderia concordar com esta Lei os que não sendo funcionários públicos chamavam privilégios a direitos fundamentais. O PS ao aprovar esta Lei tinha acabado com o que a democracia tinha de bom em nome da negação de acesso aos direitos para todos. A lógica da Lei fundamentava-se na seguinte premissa: “já que não podemos ter todos os mesmos direitos, não havia direitos para ninguém”. Não havia, obviamente, modelos perfeitos, quer no sector privado quer no público, mas não se poderia comparar o serviço público numa lógica empresarial, pois seria comparar as qualidades de um político às de um vendedor. A falta de ética na política conduzia à confusão dos conceitos. -----

**ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA** lembrou que a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, só foi aprovada com os votos da Bancada Socialista na Assembleia da República, pois todas as outras bancadas tinham votado contra. O movimento sindical considerou esta Lei como o maior ataque de sempre aos direitos dos trabalhadores da administração pública e ao mesmo

1-6  
→  
D

tempo o mais profundo golpe aos serviços públicos que seriam desvirtuados e colocava em causa os interesses da generalidade dos portugueses. A questão que se colocava era o cumprimento de um formalismo que obrigava à revisão do Mapa de Pessoal, para dar cumprimento ao determinado no o Artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Não obstante a Câmara Municipal da Maia tinha o direito de não colocar em prática de imediato esta Lei. Tinha um prazo de cinco anos para o fazer. Por esta razão perguntou ao senhor Vice-presidente da Câmara se ia colocar em práticas os pontos mais gravosos da Lei aplicados aos trabalhadores não só da Câmara como das Empresas Municipais e dos SMAS. A CDU iria abster-se na votação. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** informou que a Câmara Municipal tinha aprovado por unanimidade o ponto enviado à Assembleia para homologação, que visava a revisão do Mapa de Pessoal, que contemplava a criação de novos lugares, no cumprimento da Lei e visando uma melhoria funcional dos serviços. Se este ponto tinha sido aprovado por unanimidade e a criação de novos lugares para melhoria de funcionalidade, a Assembleia não se deveria opor à sua aprovação. Manifestou o seu contentamento por saber que o Município da Maia, no ranking dos municípios portugueses ocupava o segundo lugar em que as despesas com o pessoal tinham um menor impacto no seu orçamento. Isto significava que uma autarquia com as infra-estruturas que, de forma unânime todos reconheciam, que a Maia possuía, a produtividade dos funcionários municipais era merecedora de realce. Por esta razão a ambição que aparentemente contrariava uma filosofia, não desvirtuava um rácio que era considerado fundamental. Por esta razão a Coligação "Primeiro as Pessoas" iria votar a

favor a proposta apresentada. Não obstante, após a sua votação, fazer uma Declaração de Voto. -----

**JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES** usou o direito de resposta para lamentar a intervenção do senhor Deputado Mário Duarte, sobre o seu conceito de estado de direito. Num estado de direito havia uma Lei-mãe, que era a Constituição, que era a lei fundamental que regia a nossa República. A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro tinha sido promulgada pelo senhor Presidente da República e não tinha carecido de qualquer dúvida ou pedido de parecer de inconstitucionalidade. A forma como o senhor Deputado Mário Duarte tinha diabolizado a Lei na sua intervenção, não fazia sentido, uma vez que o senhor Presidente da República se tivesse dúvidas, com toda a sua sapiência teria enviado a Lei para o Tribunal Constitucional para que as suas dúvidas fossem esclarecidas. -----

**MÁRIO MOREIRA DUARTE** usou o direito de resposta para esclarecer o senhor Deputado João Torres que havia um direito inalienável, que era o direito de opinião. Este direito permitia-lhe dizer o que pensava das leis, das atitudes do senhor Presidente da República e até sobre a Constituição. Informou que o senhor Presidente da República não tinha publicado, de imediato, a Lei, uma vez que o artigo 2.º tinha sido objecto de um pedido de constitucionalidade, que acabara por ser afastada. Disse ao senhor Deputado João Torres que tinha o dever de colaborar para o aperfeiçoamento das Leis e da própria Constituição e não de se considerar abaixo do senhor Presidente da República. Mas para isso “primeiro é necessário ganhar asas para poder voar”. -----

----- Posto o ponto à votação, foi **aprovado por maioria** com quatro abstenções dos senhores Deputados da CDU e do BE. -----

----- Para fazerem Declaração de Voto inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** disse que o BE se absteria porque na Assembleia da República o BE tinha votado contra. Elogiou a intervenção do senhor Deputado Mário Duarte e informou que a subscrevia, pois esta Lei era um grande ataque a uma grande parte dos trabalhadores da Função Pública. Era algo idêntico ao que tinha acontecido com a Revisão do Código do Trabalho. O PS, quando era oposição, tinha criticado o Código do Trabalho de Bagão Félix e mais tarde, quando era Governo, aprovou um novo Código do Trabalho, pior e ainda mais gravoso para os trabalhadores que o de Bagão Félix. Por estas atitudes o PS era castigado e iria sê-lo ainda mais no futuro. Lembrou que esta Lei tinha sido inicialmente apresentada no Governo de Durão Barroso, só que não teve consequência porque saiu do Governo e mais tarde foi aproveitada pelo PS. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** fez uma declaração de voto através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

**RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO** pediu a palavra para protestar contra a falta de oportunidade e de ética política do Líder da bancada do Partido Socialista. Esta atitude de arrogância do senhor Deputado Luís Rothes e do PS ficava-lhes mal. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** pediu a palavra para protestar contra a atitude do senhor Deputado Luís Rothes. Baseado na sua longa experiência

autárquica e no privilégio tivera de conhecer vários Líderes de Bancada do Partido Socialista podia afirmar que pela primeira vez o Partido Socialista tinha um Líder, o senhor Deputado Luís Róthes, que fugia ao debate político. Este senhor Deputado em vez de apresentar Propostas de Recomendação à Câmara Municipal no local próprio, Sessões da Assembleia Municipal, fazia-o em Sessões Solenes da Assembleia Municipal. Na presente Sessão tivera o luxo de depois de ter votado a favor a proposta de revisão do Mapa de Pessoal, ter usado da palavra, com grande espanto, para tecer críticas sobre a gestão municipal, completamente fora da Ordem de Trabalhos. A terminar disse o seguinte: "Eu já percebi que o Líder Parlamentar do Partido Socialista queria falar sozinho e que de igual forma queria ser o último a falar. Se é essa a sua vontade e porque ao presente mandato só lhe resta realizar mais uma única Sessão Ordinária e para preservar a dignidade desta Assembleia Municipal e para cumprir o seu Regimento, eu sossego o Partido Socialista: o Partido Socialista poderá vir a este púlpito e dizer o que entender, que a maioria não irá tecer um único comentário sobre as intervenções do PS". -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu a palavra para defesa da honra. Considerou um despropósito o que acabara de ouvir. O Regimento dava o direito a cada Grupo Parlamentar ou a cada senhor Deputado fazer Declaração de Voto e esclarecer o razão do seu sentido de voto, com limite de tempo de intervenção. O Regimento não referia qualquer entrave ao teor do seu esclarecimento e ninguém poderia colocar em causa o direito de liberdade de expressão. Todos deveriam ter serenidade e manter a calma. O teor da Declaração de Voto era apenas para afirmar que o PS tinha votado a favor, não deixando de

manifestar algumas preocupações. A terminar disse, que tal como ouvira, eram necessárias  
asas para voar. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse que nos cerca de vinte anos de  
mandato como Presidente da Assembleia Municipal estava deveras estupefacto com algumas  
afirmações que acabara de ouvir e que não eram merecedoras de qualquer comentário, pelo  
respeito que tinha por ele próprio e pelos maiatos que o tinham eleito. -----

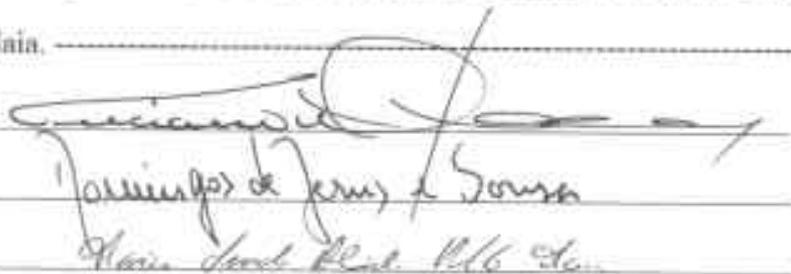
--- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em  
minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente  
voto para a sua elaboração definitiva. -----

--- E sendo zero horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de Junho do ano em curso, foi  
dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser  
assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva  
Gomes, 1.º Secretário Domingos de Jesus e Sousa, pela 2.ª Secretária Maria de Lurdes da  
Costa Almeida Rebelo Maia. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1.º Secretário: \_\_\_\_\_

A 2.ª Secretária: \_\_\_\_\_



Handwritten signatures of the members of the Mesa: Luciano da Silva Gomes, Domingos de Jesus e Sousa, and Maria de Lurdes Rebelo Maia.

João Couto Lopes  
Rua A nº 33  
Urbanização da Bouça Grande  
4470-719 Vila Nova da Telha – Maia

Doc. 1  
~~Julho~~  
1 dia F  


Exmo. Sr. Luciano da Silva Gomes  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Maia 17 de Junho de 2009

Assunto: intervenção na Assembleia Municipal da Maia. Por falta de acessos de entrada na sala, peço a V. Exa. que este meu texto seja lido na Assembleia aos Senhores Deputados

Exmo. Sr. Luciano Gomes, Presidente da Assembleia Municipal da Maia.  
Pegando nas palavras sábias de V. Exa. ( a Assembleia Municipal é o órgão autárquico como instrumento deliberativo de um município, onde melhor se pode e deve debater as grandes opções de gestão de um conselho), é um fórum de debate autárquico por excelência.  
Concordo com estas palavras, só que os Deficientes motor e os demais, continuam a ser marginalizados pelo executivo da Câmara da Maia

É lamentável que em 2009 os deficientes ainda não possam exercer o direito de estar numa Assembleia no edifício da Câmara.

Exmo. Sr. Luciano Gomes, para quando está previsto a entrada em funcionamento da C.M.C.D.

O Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, é um Projecto arrojado que está a ser feito em Portugal, ( para quando? )

Exmos. Senhores Deputados, no acto eleitoral de 7 de Junho, para que fosse criado as condições mínimas de acessibilidade às urnas em Vila Nova da Telha, disponibilizei-me para uma mesa de voto como escrutinador, para «obrigar» que fossem criadas condições de acessibilidade não só para mim, mas para todos os deficientes e pessoas com mobilidade reduzida, relembro que sou deficiente motor com 88% de incapacidade motora.

Essas tão esperadas condições mínimas de acessibilidade foram criadas pelo Sr. Presidente de Junta, o Sr. Pinho Gonçalves, não sendo as ideais pelo menos houve empenho em minimizar as dificuldades que até então existiam nos anteriores actos eleitorais, faltando os WC.

O apelo que faço aos Senhores Presidentes de Juntas da Cidade da Maia é que façam todos os esforços para que seja criado acessos para todos nos próximos actos eleitorais. É um dever vosso ( dos autarcas) para com os Cidadãos.

Senhores Deputados, .

Quando digo serem os deficientes Marginalizados pela Câmara Municipal da Maia, tenho razões de sobra para dizer e pensar assim.

Para conhecimento de V. Exas. enviei em tempo útil 5 de Maio de 2009 por carta registada c/aviso de recepção um pedido para esse efeito, (acessibilidades às assembleias de voto) ao Sr. Presidente da Câmara que ainda hoje estou à espera de resposta.

Com o silêncio e o nada fazer pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia, demonstra bem o desrespeito pelos Cidadãos com deficiência, nada foi feito noutras escolas para que se criasse condições de acessibilidade para todos, as urnas ao virem fora das assembleias de voto, incorrem em vários crimes, as Câmaras Municipais foram alertadas pela Comissão Nacional de Eleições para que criassem acessos para as pessoas com mobilidade reduzida.

Senhores Deputados, como é que vamos acreditar no bom funcionamento do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, (passará do Papel ?),

Na sessão pública do dia 14 de Abril de 2009 no Lançamento do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos no Conselho da Maia, pus as minhas dúvidas à Sr<sup>a</sup> Eng. Paula Teles, Presidente do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, se o documento então ali assinado não iria ficar só no papel, já lá vão dois meses.

Senhor Presidente Bragança Fernandes, o mês passado quando nos encontramos na apresentação dos alunos do 12º ano da escola secundária da Maia, eu disse estar zangado com o Senhor, o Senhor respondeu-me que os amigos não se zangam, é verdade que os amigos não se zangam, mas quando um dos amigos foge às questões reais, isso muda tudo e o Senhor Presidente foge às questões da eliminação de barreiras arquitectónicas como o diabo da cruz.

Pior neste momento a Câmara está a colocar barreiras arquitectónicas um pouco por toda a Cidade. Ver fotos: (5)

Sr. Presidente, permita que lhe faça outra pergunta, no dia 25. de Abril deste ano enviei-lhe um e-mail com fotos relacionadas com a largura do passeio 75 cm. da Nacional 13 junto ao Centro Comercial VIVACI nas Guardedeiras, foi dado conhecimento do caso a Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local, que pediu explicações à Câmara, o Sr. Secretário de Estado remeteu-me a resposta da Câmara, a resposta que a Câmara deu ao Sr. Secretário de Estado não corresponde à realidade dos factos, a Câmara diz serem os passeios de 3 metros de largura, de imediato informei o Chefe do Gabinete de Sua Exa. o Sr Eduardo Cabrita do esconder da parte da Câmara a verdade com os passeios em causa.

A minha pergunta é, o que a Câmara pensa fazer para corrigir o separador central e os passeios de 75 cm. e de 30 cm. naquela área do Centro Comercial ?.

Eliminar barreiras arquitectónicas na Maia é um dever do Sr. Presidente, não devia ser preciso os municípios deficientes ou não, intervirem para que as barreiras sejam eliminadas.

Quer se goste ou não, o Senhor é o Presidente da Maia, por isso tem responsabilidades e obrigações para com todos os Municípios.

Sem mais de momento, os meus respeitosos cumprimentos.

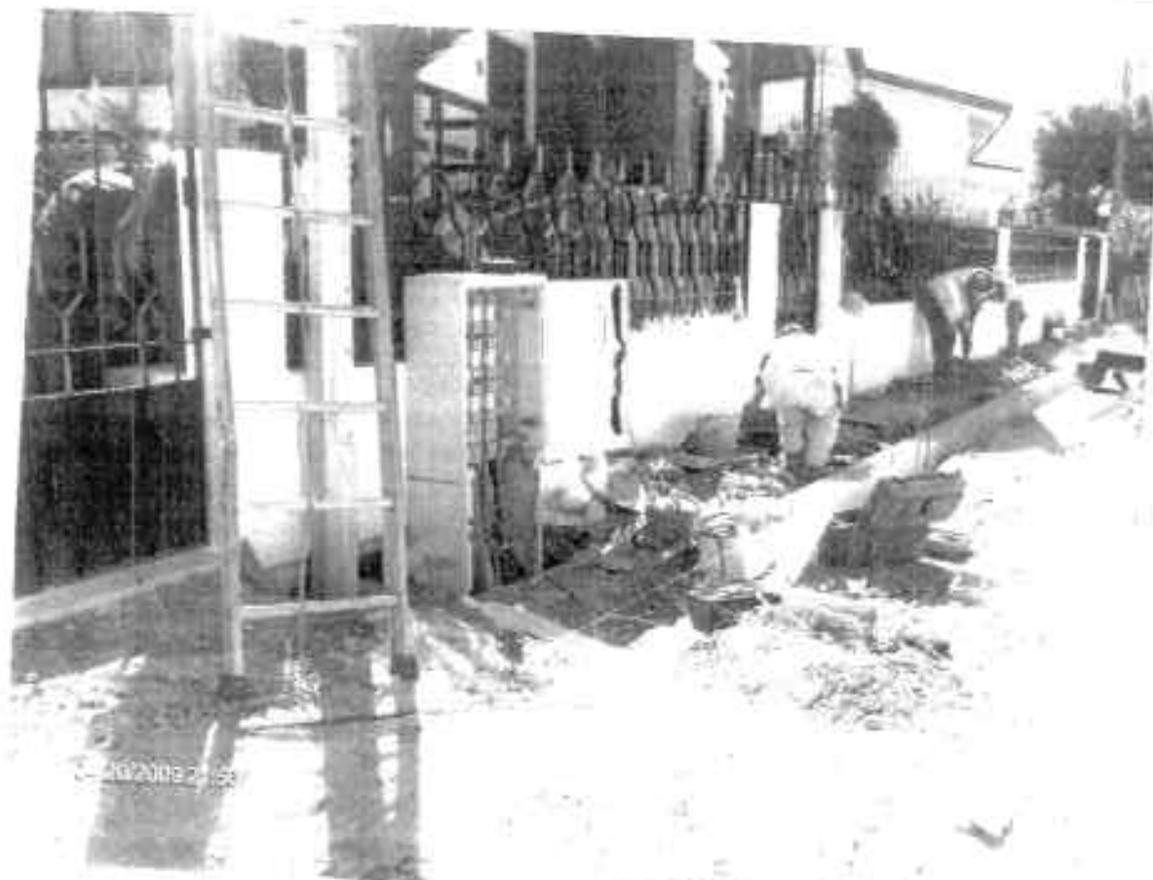
João Couto Lopes



RUA 17 - URB. LIDADOR

~~7000~~  
3

H  
8



RUA 8 URB. LIDADOR

RUA 8 URB. LINDOON

2  
4  
H  
0



Nota:

Ver data em que a foto foi tirada -- 20 de Abril de 2009 armário da EDP.



ESTADADA NACIONAL 13 JUNTO AO CENTRO COMERCIAL

VIVACI - MORZINA

Handwritten notes and symbols, including a large number '5', a triangle, and some illegible scribbles.



6279004 No. 210000 1/2 210000

with ~~the~~ 7 12



ROSTRADA NACIONAL 13 - VIVARI

Marco José Duarte Martins  
Deputado Municipal  
Grupo do Partido Socialista

Assembleia Municipal da  
Maia

Entrada nº 28

Em 05/06/09

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Luciano da Silva Gomes  
[assembleia@cm-maia.pt](mailto:assembleia@cm-maia.pt)

Data: 2009-06-04  
Assunto: Pedido de substituição

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ao abrigo do Artigo 10.º do Regimento da Assembleia Municipal, venho por este meio solicitar a V. Exa. a minha substituição, por ausência no estrangeiro, no período compreendido entre 14 e 23 de Junho de 2009.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me

Com os melhores cumprimentos,

  
Marco Martins

C/C: Líder do Grupo do Partido Socialista



Doc. 2  
Com o seguinte  
o seguinte, face ao  
pedido formulado.  
5/6/09



30 e. 3  
H-8  
w

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara  
Senhores Deputados  
Senhores Vereadores  
Digníssimo público e imprensa presente

Senhor Presidente, gostaríamos de aproveitar este momento para voltar a um assunto que para nós e para as pessoas directamente afectadas carece de uma resposta concreta.

Falamos particularmente do estado de degradação do Bairro do Sobreiro e de outros bairros sociais.

Com efeito, após os alertas que o Bloco de Esquerda fez sobre o assunto, verificamos que a Câmara Municipal recentemente divulgou um plano de reabilitação para a habitação social na Maia no âmbito do "PROHABITA".

Ora temos que afirmar que só poderemos estar de acordo com tal Plano, mas colocamos desde já algumas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas.

Em primeiro lugar e tendo em conta o abandono em que se encontra o Bairro do Sobreiro, quais as obras de melhoramento que concretamente serão efectuadas?

Isto porque, e como é do conhecimento da Câmara e da administração da Espaço Municipal, as constantes reclamações dos moradores via a Comissão de moradores são constantemente

deixadas ao esquecimento e as respostas concretas no terreno são as que conhecemos, é quase zero! Só promessas!...

O primeiro-ministro Sócrates já começou a pagar por isso, o executivo camarário poderá vir a pagá-lo também se continuar a prometer e a não cumprir!

Passaram já quatro anos e nesta matéria só agora se estão a lembrar que é necessário reabilitar a habitação social, pois temos conhecimento de inúmeras queixas para a câmara e Espaço Municipal de moradores de outros bairros como por exemplo o Xisto de diversas anomalias nas habitações daquele complexo habitacional e as respostas demoram anos e muitas ficam mesmo sem resposta!

Não podemos crer, que a proposta agora apresentada, apenas esteja a acontecer pelo simples facto de nos estarmos a aproximar de mais um acto eleitoral e como tal momento de promessas!

De todo o modo, é para nós evidente que a habitação social no nosso Concelho necessita urgentemente de intervenção e por isso também achamos que um plano para cinco anos pode em alguns casos ser tardio. Há situações que exigem resposta imediata como já referimos e por tal motivo exigimos uma resposta em tempo útil para as questões que acima colocamos.

Chamamos ainda a atenção do Senhor Presidente para que é urgente um levantamento das necessidades de carência habitacionais, pois constatamos em algumas Freguesias a existência de situações de maiatos a viverem em habitações sem quaisquer condições de habitabilidade, pelo que o aproveitamento de programas para construção neste momento existentes, seria uma oportunidade para resolução destas carências.

Sabemos a situação de dificuldade económica da Espaço Municipal para por si só conseguir levar estes projectos a efeito, por isso só acreditamos na execução destes projectos ao abrigo dos programas que para o efeito existem.

Ficamos assim a aguardar resposta às questões colocadas.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda  
*Silvestre Pereira*

Maia, 17 de Junho de 2009





Doc. 4

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara  
Senhores Deputados  
Senhores Vereadores  
Digníssimo público e imprensa presente

Senhor Presidente, Temos conhecimento de algum mal-estar com os trabalhadores dos SMAS que desde 2004 viram interrompida a sua progressão na carreira profissional.

Com efeito e em documento subscrito por um conjunto muito significativo de trabalhadores enviado à administração, estes, face às avaliações de desempenho de 2004 até 2008, com a qualificação de Bom reivindicam a aplicação do art. 47º, nº 1 da Lei 12-A/2008, que refere a opção gestionária e pela qual terão acesso à alteração de posicionamento de categoria e alteração de remuneração respectiva.

Soubemos ainda, que o Director dos SMAS teria aceite como legítima a reivindicação destes trabalhadores, avançando mesmo com valores que eventualmente estes viriam a receber se tal viesse a ser aplicado e que se comprometia a colocar o problema em reunião.

O facto é que após o assunto ter sido colocado em reunião de Administração esta não aceitou a pretensão dos trabalhadores.

Assim, e porque sabemos que outros municípios já aplicam o referido normativo e tendo ainda em conta os resultados positivos apresentados pelos SMAS, gostaríamos de saber os motivos da recusa das legítimas aspirações destes trabalhadores?

Ficamos assim a aguardar resposta às questões colocadas.

**O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda**

*Silvestre Pereira*

Maia, 17 de Junho de 2009



Doc 5

2.º 0

~

1/7

## VOTO DE LOUVOR

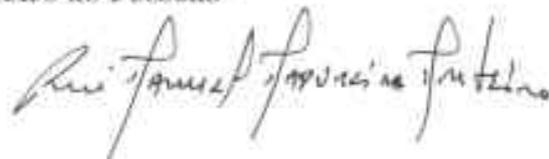
Na época desportiva que está a chegar ao seu término, vários atletas e clubes Maiatos obtiveram resultados dignos de registo, conseguindo desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional.

Com estes resultados, ajudaram a projectar, ainda mais, o nome da Maia, justificando, por isso, o nome de "Maia-Capital do Desporto", granjeando o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua 3ª Sessão Ordinária realizada a 17 de Junho de 2009, apresenta aos clubes, atletas, técnicos e dirigentes, da listagem anexa, um VOTO DE LOUVOR extensivo a todos quantos os ajudaram a alcançar tal feito desportivo, PAIS e FAMILIARES, que muito honra e enche de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes.

Maia, Paços de Concelho, 17 de Junho de 2009

O Grupo Parlamentar da Coligação PPD-PSD/CDS-PP  
"Primeiro as Pessoas"



Nota: Solicito que seja enviado aos atletas e aos clubes este voto de louvor



PRIMEIRO AS PESSOAS

*Handwritten signature or initials in the top right corner.*

#### **ATLETISMO**

- RUI SILVA, CAMPEÃO DA EUROPA NOS 1500 METROS DO EUROPEU INDOOR DE TURIM
- SARA MOREIRA, ATLETA MAIATA DO MARATONA CLUBE DE PORTUGAL  
VICE CAMPEÃ DA EUROPA DE 3000 METROS EM PISTA COBERTA  
CAMPEÃ NACIONAL DE ESTRADA E CROSSE CURTO  
CAMPEÃ DA EUROPA DE CORTA MATO POR EQUIPAS  
3º LUGAR NO CAMPEONATO DO MUNDO DE CORTA MATO POR EQUIPAS

#### **CENTRO EQUESTRE DA MAIA**

Jóquei SARA OLIVEIRA e JOAQUIM ARMANDO OLIVEIRA – CAMPEÕES NACIONAIS

CLUBE AIRSOFT DA MAIA E BRUNO MAIA – CAMPEÕES NACIONAIS DE AIRSOFT

#### **CLUBE DE ESCALADA DA MAIA**

JOSÉ ABREU – CAMPEÃO NACIONAL SÊNIORES MASCULINOS  
MANUEL SOARES – CAMPEÃO NACIONAL JUVENIS MASCULINOS

#### **CLUBE DE KARATÉ DA MAIA**

CAMPEÕES NACIONAIS:

SUB-21 ANOS

- FILIPE EMANUEL, CATEGORIA +78Kg
- VITOR SILVA, CATEGORIA – 68 Kg

JUNIORES

- GONÇALO PINTO, CATEGORIA – 68 Kg
- INÊS RODRIGUES, CATEGORIA + 59 Kg

*Handwritten signature and initials*

#### VICE-CAMPEÕES NACIONAIS JUNIORES

- HUGO SOARES, CATEGORIA + 78 KG
- POR EQUIPAS FEMININOS: INÉS RODRIGUES, JOANA MELO E ANA ALMEIDA

#### TAÇAS INTERNACIONAIS

- DORA AMELIA - VENCEDORA DO OPEN INTERNACIONAL DE CÁCERES
- NUNO MOREIRA - MEDALHA DE BRONZE NO OPEN DA AUSTRALIA
- INÉS RODRIGUES - CAMPEONATOS EUROPEUS DE PARIS (JÁ HOMENAGEADA POR ESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL)

#### CLUBE DE NATAÇÃO DA MAIA

##### CAMPEÕES DE MEETINGS NACIONAIS E RECORDISTAS EM VÁRIOS ESCALÕES E ESTILOS DE NATAÇÃO

- ADRIANA VISEU (RECORDISTA NACIONAL)
- ANA LOBO
- MARIBEL FERNANDES
- TERESA BRANDÃO (RECORDISTA NACIONAL)
- ANA OLIVEIRA
- FERNANDO MASCARENHAS (RECORDISTA NACIONAL)
- JOÃO CAMPOS
- JOSÉ SANTOS SILVA
- MANUEL ROMARIZ
- NUNO GUERRA
- SERGIO SILVA



PRIMEIRO AS PESSOAS

#### NATAÇÃO ADAPTADA

- ANA CARDOSO EM 100 METROS
- PEDRO LEAL EM 50 METROS MARIPOSA, 50 E 100 METROS COSTAS
- TELMO DIAS EM 50, 100 E 200 METROS COSTAS
  
- DIANA GUIMARÃES – CAMPEÃ NACIONAL E PARTICIPAÇÃO NOS JOGOS PARALÍMPICOS DE PEQUIM, ALCANÇANDO O 9º LUGAR EM 100 METROS BRUÇOS E O 12º LUGAR EM 50 METROS COSTAS S 5

#### FUNDAÇÃO NORTECOOPE

CAMPEÃO NACIONAL DE HÓQUEI EM PATINS – SENIORES FEMININOS

#### GRUPO DESPORTIVO DE ARDEGÃES

- NUNO VEIGA, CAMPEÃO NACIONAL DE IRI-KÚMI JU, SENIORES MASCULINOS + 75 Kg
- VITOR VEIGA, CAMPEÃO NACIONAL DE IRI-KÚMI JU, JUNIORES MASCULINOS + 75 Kg
- FABIO FERREIRA, VICE CAMPEÃO NACIONAL DE IRI-KÚMI JU, JUNIORES MASCULINOS + 75 Kg

#### GRUPO DESPORTIVO DE GUEIFÃES

- CAMPEÃO NACIONAL DE VOLEIBOL EM JUVENIS MASCULINOS
- CAMPEÃO NACIONAL DE VOLEI DE PRAIA EM SENIORES FEMININOS
- FINALISTA DA TAÇA DE PORTUGAL DE VOLEIBOL EM SENIORES FEMININOS



PRIMEIRO AS PESSOAS

Handwritten initials and marks, possibly 'RH' and '2 0'.

#### SÃO COSME, TÊNIS DE MESA CLUBE (GEMUNDE)

- VICE CAMPEÕES NACIONAIS DE EQUIPAS 4 x CADETES FEMININOS. ATLETAS: VERA RÔSA, JOANA MOTA, ANDREIA LÓPES E MARTA ARAUJO.
- VICE CAMPEÕES NACIONAIS DE EQUIPAS 3 x INICIADOS FEMININOS. ATLETAS: MARIANA MOTA, BEATRIZ ARAUJO E SARA COSTA

#### FUTEBOL CLUBE DA MAIA

SUBIDA AOS CAMPEONATOS NACIONAIS DA EQUIPA DE INICIADOS MASCULINOS  
EQUIPA DE VETERANOS – VITÓRIA NA TAÇA ARTUR BAETA DA ASSOCIAÇÃO DE VETERANOS DO PORTO

#### PEDROUÇOS ATLÉTICO CLUBE

SUBIDA AOS CAMPEONATOS NACIONAIS DA EQUIPA SÊNIOR DE FUTEBOL

#### PESCA DESPORTIVA

DIOGO MONTEIRO FERREIRA – CAMPEÃO NACIONAL DE JUNIORES DE PESCA DESPORTIVA DE RIO

#### SPORT CLUBE CASTÉLO DA MAIA

EQUIPA DE VETERANOS DE FUTEBOL – CAMPEÃO DE VETERANOS DA ASSOCIAÇÃO DE VETERANOS DO PORTO

*\* Fraseado  
to uniaunidade  
17/6/09*

## Moção

*1.º*

Considerando que:

O Governo, através da Secretaria de Estado de Transportes anunciou publicamente o reinício da circulação de comboios de passageiros na linha de Ermesinde-Leixões, primeira fase, ligação Ermesinde-Leça do Balio e posteriormente a ligação ao término da linha, Leixões;

Considerando que:

Esta mesma linha circula em duas das freguesias do nosso concelho, Águas Santas e Pedrouços, muito mal servidas em transportes públicos e os mesmos estão sujeitos nos seus percursos a demoras excessivas e a sobrelotações, a Assembleia Municipal reunida no dia 17 de Junho, tece as seguintes considerações:

Estando de acordo com o reiniciar da circulação de comboio de passageiros, 1ª fase Ermesinde/Leça do Balio, acha no entanto, que devem ser introduzidas melhorias para a 2ª fase, designadamente, a construção de apeadeiros no Lidador, zona do Meilão, a reconstrução da estação de Sangemil, apeadeiro de Cutamas e instalação de uma nova estação a ser criada no lugar das Arroiteias, freguesia de Pedrouços, interligando a rede do Metro e STCP, criando melhores acessibilidades ao Hospital de S. João, IPO e ao Pólo Universitário da Asprela e área envolvente.

Maia, 17 de Junho de 2009

Os Deputados Municipais da CDU

*António da Costa Pereira  
Rita Viveira*

A ser enviada à Junta Metropolitana do Porto, Secretaria de Estado de Transportes e Grupos Parlamentares da Assembleia da República.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
ACTO 2007/MAIA  
Gabinete do Presidente

3.2 Doc. 7  
ordenação. Trimestro/09  
3/6/09

Assembleia Municipal da  
Maia  
Entrada nº 84  
Em 03/06/09

Ex.mo Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Paços do Concelho  
MAIA

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Ofício nº

09249 03 JUN 2009

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA  
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

O presente documento é elaborado a propósito e na circunstância da realização da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2009.

Tendo em conta que a última Informação que prestei, por escrito, à Assembleia, data de 8 de Abril, aludirei, sintética e abreviadamente, a alguns aspectos que tiveram relevância pública neste breve espaço de tempo decorrido.



*[Handwritten signatures and initials]*

1- Temos vindo a assinalar com simplicidade de meios e em atmosfera quase que intimista a conclusão de muitas obras que agora passam a estar ao serviço da População.

Pontuaria as inaugurações dos seguintes equipamentos:

– No dia 4 de Abril, o Polidesportivo da Comenda, em Águas Santas, um espaço desportivo de proximidade, de uso descomprometido e sem fins competitivos, que muito vai contribuir para uma sadia ocupação dos tempos livres, em especial dos mais jovens;

– No dia 5 de Abril, a beneficiação do Parque Infantil do Centro Cívico de Gondim, propriedade da Junta de Freguesia, constituindo como que um Parque inteiramente novo já que do anterior a única coisa que permanece é o terreno onde estava instalado.

Nesse mesmo dia assinalámos a conclusão dos trabalhos de alargamento do recinto de jogo e da construção do piso em relvado sintético do Parque Municipal de Jogos de Gondim. Este foi um empreendimento que envolveu alguma complexidade já que o alargamento foi realizado à custa de ocupação de parte da via pública a Nascente do recinto, com as inerentes necessidades de desvio de redes;



BM  
J-h  
D

– No dia 24 de Abril, e de uma forma muito participada e entusiasmada pelos Alunos, demos como concluídas as obras de ampliação da Escola do EB1/JI de Ferronho, em S. Pedro de Avioso e da Escola do EB1 /JI de Mandim, na Freguesia de Barca.

Foi uma manhã que tocou muito a todos os presentes que se quiseram associar aos actos inaugurais, pelo já antes referido entusiasmo e pelo agrado que estava bem visível em todos os que fazem parte das respectivas comunidades escolares, atestando dessa forma a justeza do trabalho que, desde há muito tempo, temos vindo a realizar nesta área de actividade. A alegria e a satisfação estampada no rosto de todas aquelas crianças conforta-nos e são a demonstração que estamos no caminho certo, aumentando os nossos padrões de exigência já de si muito apertados.

Tratam-se de intervenções de grande qualidade, que respeitam as construções de origem, que as adaptam e as actualizam com novas valências com vista a responder e dar cobertura às novas necessidades educativas. O caso da EB1/JI de Mandim é ainda mais de salientar pois, em tempo, alguns colocaram em dúvida a sua permanência na rede escolar em razão do baixo número de alunos. Hoje tem 41 Alunos no 1º ciclo e 25 no jardim de infância.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-200 MAIA

Gabinete do Presidente

A nossa acção nas escolas, nos jardins de infância e de uma forma geral junto da primeira infância enche-nos de orgulho, e há muitos anos que assim o é. Todos, ou pelo menos os que o querem ver, têm a noção perfeita de que estamos muito à frente no que respeita a instalações, quer sejam salas de aula, salas de refeições, cozinhas, e espaços comuns de estada e de lazer destinadas aos alunos dos primeiros graus do ensino.

– O “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia da Maia”, construído no perímetro do Ecocentro de Folgosa, foi objecto de inauguração no dia 3 de Maio.

Este equipamento vem substituir o antigo canil municipal que se encontrava completamente desajustado das realidades actuais e da forma moderna de encarar o problema do abandono de animais.

O novo espaço tem em mente o objectivo primeiro da recolha de animais abandonados na via pública, o seu tratamento e posterior encaminhamento para a adopção, pelo que está dotado de um conjunto de infraestruturas onde se inclui posto médico, sala de cirurgias e de vacinação para além de um número de celas considerado ajustado.

O nível e o patamar de qualidade que caracteriza o nosso Concelho fez com que nos lançássemos neste investimento que nos orgulha e que agora nos passa a distinguir também neste campo da defesa dos animais.



*BA* *17h* *0*

– Nesse mesmo dia 3 de Maio procedemos ao acto inaugural da Cobertura da Bancada Central do Parque de Jogos de Folgosa que constitui o complemento à colocação do piso em relvado sintético que efectuámos há cerca de cinco anos. Com mais esta obra demos mais um importante contributo para o enriquecimento do nosso muito vasto parque desportivo, dotando-o de condições condígnas e confortáveis para quem assiste a espectáculos desportivos, promovendo, assim, e acarinhando, a aproximação das pessoas a este tipo de actividades.

2- O "Festival de Música da Maia" teve, há bem poucos dias, o seu encerramento.

Durante um mês, o Fórum da Maia acolheu 12 concertos dos mais variados géneros musicais, todos pautados por elevadíssima qualidade, sendo mesmo alguns desses espectáculos momentos únicos e irrepetíveis já que preparados expressamente para esta ocasião. Tivemos Músicos, Interpretes e Executantes do mais elevado gabarito que o País possui, alguns deles de craveira internacional bem firmada.

Este nosso Festival tem vindo, paulatinamente, a ganhar notoriedade através de uma programação muito cuidada, trazendo-nos qualidade, diversidade e divertimento, pelo que não foi de estranhar que para muitos concertos o espaço tenha ficado esgotado com várias semanas de antecedência.



BAE  
Jh  
M

Um completo sucesso que muito nos prestigia. Realmente, poderemos dizer que Maio é na Maia.

3- Em Abril fizemos a apresentação do "Plano Municipal de Acessibilidades para Todos".

Trata-se de um plano vasto, com um investimento estimado acima dos quatro milhões de Euros e intervenção em 197 edifícios sitos nos principais núcleos urbanos, os quais foram elegidos tanto em termos de densidade populacional como das funções urbanas que desempenham, sendo o resultado de um trabalho exaustivo que levámos a efeito.

Pensamos que com este plano estratégico daremos um decisivo passo no sentido da acessibilidade física na via pública e nos edifícios públicos e privados, mas também nos transportes e nas comunicações e tecnologias de informação a todos os que, em razão de serem portadores de uma deficiência, apresentam requisitos mais especiosos.

Ao serem cidadãos como todos os outros não pode a sua condição ser impeditiva de acederem e de terem as mesmas possibilidades. Considero mesmo que não se pode entender isto como uma discriminação positiva. Esta atitude tem de constituir a normalidade e o "standard" no nosso Concelho.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Só para avaliar a dimensão do que pretendemos fazer, a Sra. Presidente do "Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade" considerou ser este o projecto mais arrojado que está em curso no País.

4- Em meados do mês de Maio, e durante três dias, decorreu a "Feira das Oportunidades". Reunimos um vasto conjunto de agentes ( 80 entidades dos mais diversos sectores da sociedade ) que se movimentam na área do emprego, da formação e valorização profissional e do empreendedorismo, num esforço para dar a conhecer o que o mercado de trabalho pode oferecer, em especial dedicado aos mais jovens que se encontram na fase decisória de suas vidas ao transitarem da escola para uma vida profissional, pelo que tivemos um cuidado acentuado na vertente da orientação vocacional e profissional. Mas, e também, quisemos deixar uma mensagem positiva contrariando alguma falta de optimismo que se vai sentindo.

Nos mesmos dias, e no mesmo espaço, organizámos a "Mostra Social da Maia" sob o lema "Solidariedade em Movimento", procurando fazer a divulgação da acção social, dos serviços e dos projectos que as quinze entidades envolvidas levam a efeito no nosso Concelho.



*[Handwritten signatures and initials]*

5- Nos últimos meses a Câmara Municipal submeteu 37 candidaturas ao QREN no âmbito dos vários Programas Operacionais (PONorte, POPH e POVT).

Num investimento total previsto superior a 42 Milhões de Euros, verifica-se que 84% das candidaturas municipais ao QREN já se encontram aprovadas e/ou a aguardar aprovação (ou seja, mais de 35 Milhões de Euros). Tudo no período compreendido entre Abril de 2008 e Abril de 2009.

Saliente-se que entre os anos 2000 a 2008 preparámos 57 processos de candidatura aos diversos programas comunitários do QCA III e outros fundos nacionais, num volume de investimento na ordem dos 45 Milhões de Euros.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.229,82
b) Dotações orçamentais –	7.148.136,42
c) Dotações não orçamentais –	4.127.037,49



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-2022 MMAIA

Gabinete do Presidente

*Handwritten initials and a checkmark*

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 2 DE JUNHO DE 2009,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Doc. 8

Handwritten marks and initials, including a checkmark and the letters 'H' and 'B'.

### DECLARAÇÃO DE VOTO

O Partido Socialista apreciou, com toda a atenção, a proposta apresentada de revisão do mapa de pessoal. Na sequência do voto favorável dos vereadores socialistas, entendeu o grupo do PS na AMM votar também a favor desta proposta, considerando que, em alguns casos, as contratações previstas, se garantidas algumas condições essenciais, podem contribuir para melhorar os serviços prestados pelas CMM. Não podemos, contudo, deixar de manifestar, nesta Declaração de Voto, três preocupações importantes:

1. Em primeiro lugar, lamentamos a frágil sustentação da proposta aqui apresentada para deliberação, praticamente limitada à indicação, assumidamente sucinta, dos números e níveis de pessoas a contratar.
2. <sup>Afirmamos</sup> ~~Consideramos~~, também, que ~~se~~ continua <sup>nao comprometido</sup> ~~a subestimar~~ <sup>em</sup> ~~importância~~ de se avançar com iniciativas que promovam, para defesa do bom nome de funcionários municipais e de agentes políticos autárquicos:
  - a. por um lado, um processo de vigilância na contratação pública de funcionários, para garantir que as contratações realizadas pela CMM ou pelas empresas de capital municipal se concretizem segundo os princípios de transparência, legalidade, publicidade e igualdade, permitindo, desta forma, que qualquer funcionário contratado fique liberto de todas as suspeitas perniciosas;

- b. mas que permitam, também, uma verificação, continuada, das incompatibilidades e dos conflitos de interesse, por parte dos funcionários e dos agentes políticos com poder deliberativo ou executivo.
3. Espanta-nos, finalmente, que, numa altura de forte crise económica internacional, com repercussões graves no emprego, a CMM não seja capaz de pensar para além do alargamento dos seus quadros de pessoal, continuando a não apresentar um PLANO ANTI-CRISE, que constitua um contributo camarário efectivo para debelar as dificuldades com que vivem muitas pessoas que enfrentam o drama do desemprego. Não conseguimos, por isso, encontrar uma explicação para o facto de continuarmos a não ter nenhuma resposta às doze medidas que aqui propusemos, seis na área do emprego e outras tantas na da acção social de emergência.

De resto, é absolutamente surpreendente que, numa altura em que se exigia uma postura proactiva da CMM, apostada na resolução dos problemas que enfrentamos, o executivo presente, para deliberação da AMM, apenas três propostas, sobre assuntos relativos à mera gestão autárquica corrente. Creio, francamente, que seria difícil encontrar uma melhor ilustração da absoluta nulidade política do actual mandato conservador. Parece-me óbvio que a vitalidade do concelho da Maia não se compadece mais com este adormecimento do actual poder autárquico. A Maia precisa de novas ideias e de mais trabalho. A Maia merece melhor!

Maia, 17 de Junho de 2009

Luis Rothes

Deputado Municipal do Partido Socialista